

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GAIA+

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do déficit / superávit	6
Demonstrações do déficit / superávit abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	10
3 Resumo das principais práticas contábeis	10
4 Caixa e equivalentes de caixa	13
5 Aplicações financeiras	13
5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo	13
5.2 Movimentação das aplicações financeiras	14
6 Ativo imobilizado	15
7 Tributos a recolher	16
8 Obrigações trabalhistas	16
9 Receita diferida	16
10 Patrimônio social/passivo a descoberto	17
11 Receitas	17
12 Despesas gerais e administrativas	17
13 Resultado financeiro	18
14 Renúncia fiscal	18
15 Partes relacionadas	19
16 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros	19
17 Análise de sensibilidade	21

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Gaia +

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia + (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do déficit ou superávit, do déficit ou superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis,

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia +, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2021

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

GAIA+

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio social	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	714	483	Tributos a recolher	7	19	18
Aplicações financeiras	5	202	-	Contas a pagar		1	7
Adiantamentos		-	1	Obrigações trabalhistas	8	31	35
Contas a receber		39	-	Partes relacionadas	15	-	11
Partes relacionadas	15	24	-	Receita diferida	9	755	471
Tributos a recuperar		5	5				
		984	489			806	542
Não circulante				Patrimônio social			
Imobilizado	6	58	58	Patrimônio social	10	1	1
(-) Depreciação acumulada	6	(35)	(24)	Superávit/ (déficit) acumulado		200	(20)
		23	34			201	(19)
Total do ativo		1.007	523	Total do passivo e patrimônio social		1.007	523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

Demonstração do déficit / superávit Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas			
Doações e contribuições associados beneméritos	11	1.483	553
Serviços prestados	11	<u>62</u>	<u>477</u>
Total		<u>1.545</u>	<u>1.030</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(1.322)</u>	<u>(1.236)</u>
(Déficit) Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>223</u>	<u>(206)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	3	5
Despesas financeiras	13	<u>(6)</u>	<u>(4)</u>
Total do resultado financeiro		<u>(3)</u>	<u>1</u>
Superávit (Déficit) do exercício		<u>220</u>	<u>(205)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

Demonstrações do déficit / superávit abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultados abrangentes		
Déficit do exercício	220	(205)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>220</u>	<u>(205)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Resultado acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	10	1	185	186
Déficit do exercício		-	(205)	(205)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	1	(20)	(19)
Superávit do exercício		-	220	220
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	200	201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/ (déficit) do exercício	<u>220</u>	<u>(205)</u>
Ajuste para conciliar o déficit do exercício as atividades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	<u>11</u>	<u>11</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Em adiantamentos	1	5
Em partes relacionadas	(35)	12
Em contas a receber	(39)	-
Em tributos a recuperar	-	(4)
Em tributos a recolher	(17)	(2)
Em contas a pagar	12	5
Em obrigações trabalhistas	(4)	25
Em receitas diferidas	<u>284</u>	<u>471</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>433</u>	<u>318</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	483	165
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>916</u>	<u>483</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>433</u>	<u>318</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia+ (“Entidade”) é uma organização não governamental (ONG) e sem fins lucrativos, com sede na Rua Tiradentes, nº 495, - Centro - Piracicaba - SP, constituída em 24 de outubro de 2014 e obteve seu registro no 1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica/SP registrado sob o nº 414309 em 20 de outubro de 2014.

A Gaia+ tem por finalidade a promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99, por meio da execução, por si própria e/ou em decorrência do ensino aplicado, das seguintes atividades: (i) educar contribuindo com a formação integral de alunos participantes das ações da Gaia+; (ii) desenvolver e aprimorar as capacidades de leitura e produção textual dos alunos participantes, bem como de seu raciocínio, criatividade e lógica para aplicação na resolução de problemas; (iii) defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover desenvolvimento sustentável; (iv) promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e a democracia; (v) realizar, organizar e promover práticas esportivas; (vi) promover o desenvolvimento corporal, mental e emocional com atividades de integração entre corpo e mente; (vii) realizar divulgação e letramento científico; (viii) promover o desenvolvimento artístico; (ix) e assessorar e prestar serviços de apoio, orientação e/ou assistência técnica no campo da educação, esportes, divulgação científica e desenvolvimento artístico. Em 2018 a Entidade atendeu cerca de 70 crianças na sede localizada em Piracicaba-SP com o Projeto “Educação Complementar” que oferece aulas complementares de português (hora do comunicar), matemática (hora do pensar) e de recreação (hora do brincar) no contra turno escolar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram desenvolvidos projetos no ambiente virtual, devido ao Covid-19, que tinham como objetivo promover habilidades socioemocionais e hábitos de vida saudável tanto para professores de escolas públicas e de ONGs quanto para crianças em vulnerabilidade social para que juntos possam transformar a realidade a sua volta e serem felizes. Foi utilizado o método “friends”, criado há mais de 30 anos e indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o melhor programa para prevenir ansiedade e depressão e melhorar o bem-estar.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC PME (PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de acordo com a ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros, e com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Entidade em 5 de março de 2021.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em real (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

(b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras da Entidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente em período não superior a um ano.

(c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando a Companhia tem a intenção de mantê-los até o final dos fluxos de caixas contratuais e contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IFRS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJORA)

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim dos recebimentos dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto.

(d) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Ativos financeiros

A Administração da Entidade revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Entidade, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

(e) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(f) Subvenções governamentais

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Receita diferida", e apropriadas como receita, quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

(g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimadas do imobilizado.

A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de Informática	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício ou quando há evidências de que o ativo imobilizado apresenta mudanças que possam indicar deterioração ou perda, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade, por ser sem fins lucrativos, não está sujeita à incidência de imposto de renda, nem da contribuição social sobre resultados apurados em cada exercício. Todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, mediante retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas.

(j) Apuração do resultado / superávit (déficit)

As receitas com doações, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Após aprovação em Assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para o patrimônio social da Entidade.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que o Instituto se caracteriza como uma associação civil sem finalidade de lucros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	714	483
Total	<u>714</u>	<u>483</u>

5 Aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB	202	-
Total	<u>202</u>	<u>165</u>

Os títulos para negociação da Entidade são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 95% (93% Em 31 de dezembro de 2019) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2023.

5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Entidade:

	Tipo de Instrumento	2020 Nível 2	2019 Nível 2
Certificados de Depósitos Bancários	<u>Valor justo</u>	<u>202</u>	<u>-</u>

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	2020	2019
Saldo inicial	-	165
Aplicação/resgate	199	(169)
Receita financeira	<u>3</u>	<u>4</u>
Saldo final	<u>202</u>	<u>-</u>

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Ativo imobilizado

Descrição	Vida útil	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	6	(3)	3	6	(2)	4
Equipamentos de Informática	20	48	(29)	19	48	(20)	28
Benfeitorias	10	4	(3)	1	4	(2)	2
		58	(35)	23	58	(24)	34

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Tributos a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS a recolher	12	10
IRRF a recolher	5	4
FGTS a recolher	<u>2</u>	<u>3</u>
	<u>19</u>	<u>17</u>

8 Obrigações trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	18	25
Provisões de férias e encargos	<u>13</u>	<u>10</u>
	<u>31</u>	<u>35</u>

9 Receita diferida

Refere-se a captação de recursos através da lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e que ficará disponível para utilização no exercício de 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projeto - Acordes de compaixão (d)	701	-
Projeto - Laboratório Felicidade (c)	54	-
Projeto - Cultura Felicidade na Prática (a)	-	273
Projeto - Cultura Piração Musical (b)	<u>-</u>	<u>198</u>
	<u>755</u>	<u>471</u>

(a) No Projeto "Felicidade na prática", crianças em vulnerabilidade social irão desenvolver habilidades musicais em Oficinas semanais, com expressão corporal, desenvolvimento de ritmos musicais, dança e estudos sobre música popular brasileira. O pano de fundo será o desenvolvimento de habilidades para a vida, como gentileza, compaixão, gratidão e perseverança por Mindfulness e Inteligência Emocional. Disponibilizaremos gratuitamente vídeos sobre as atividades desenvolvidas. As crianças receberão formação musical em horários complementares ao escolar. Realizaremos uma apresentação musical no final do projeto. Ofereceremos contrapartida social em escolas públicas.

(b) O projeto Prudential Concerts 2020 propõe a circulação de 6 concertos sinfônicos com uma mistura inusitada entre uma orquestra sinfônica e um artista renomado que fará uma participação especial interpretando clássicos da música brasileira em arranjos orquestrais. Esse grande encontro entre o clássico e o popular ainda conta com a regência do maestro Carlos Prazeres, que também ministrará aulas de música gratuitas nos dias anteriores as apresentações.

(c) O projeto "Laboratório da Felicidade" atua na formação de 75 crianças em vulnerabilidade social. Todas as crianças participam de oficinas socioeducativas e esportivas.

(d) No Projeto "Acordes de Compaixão", crianças em vulnerabilidade social irão desenvolver habilidades musicais em Oficinas semanais, com expressão corporal, desenvolvimento de ritmos musicais, dança e estudos sobre música popular brasileira. O pano de fundo será o desenvolvimento de habilidades para a vida, com enfoque na compaixão. Disponibilizaremos gratuitamente vídeos sobre as atividades desenvolvidas. As crianças receberão formação musical em horários complementares ao escolar. Realizaremos uma apresentação musical no final do projeto. Ofereceremos contrapartida social em escolas públicas.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Patrimônio social/passivo a descoberto

Em 24 de outubro de 2014, foi efetivada a integralização do capital no valor de R\$ 1. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio social é formado pelo fundo institucional no montante de R\$ 1 e superávit acumulado de R\$ 200 (déficit acumulado de R\$ 205 em 2019).

11 Receitas

É representada basicamente por doações realizadas por seu mantenedor, por empresas associadas beneméritas e por pessoas físicas e/ou jurídicas.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações recebidas		
Doações pessoa jurídica	1.169	250
Doações partes relacionadas	290	267
Doações pessoa física(a)	24	36
Total doações	<u>1.483</u>	<u>553</u>
Prestação de serviços		
Palestras	62	143
Organização de eventos (b)	-	334
	<u>62</u>	<u>477</u>
Receita total (c)	<u>1.545</u>	<u>1.030</u>

(a) Refere-se substancialmente a doações realizadas por pessoas físicas.

(b) Refere-se substancialmente prestação de serviços de organização de corrida, onde a receita foi destinada para a manutenção das atividades da Gaia+.

(c) As receitas com doações e associados beneméritos são destinadas a manutenção das atividades da Entidade e subsidiam os custos com pessoal, ocupação, alimentação, materiais didáticos e outros custos que venham a ocorrer (Nota 12).

12 Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas gerais (a)	(563)	(202)
Despesas com pessoal	(562)	(561)
Despesas com ocupação (b)	(97)	(100)
Despesas serviços (c)	(92)	(343)
Despesas com viagens	(6)	(25)
Despesas tributárias	(2)	(5)
	<u>(1.322)</u>	<u>(1.236)</u>

(a) Referem-se a despesas com refeições, cursos e palestras e seminários ocorridas no exercício.

(b) Referem-se a despesas com aluguéis, energia elétrica e manutenções realizadas no estabelecimento da Entidade.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Referem-se a despesas com elaboração de materiais educacionais relacionadas às atividades desenvolvidas pela Entidade.

13 Resultado financeiro

A composição das despesas financeiras e receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de aplicações financeiras - CDB	3	5
Despesas financeiras (a)	<u>(6)</u>	<u>(4)</u>
	<u>(3)</u>	<u>1</u>

(a) Referem-se a tarifas bancárias de manutenção das contas correntes da entidade e juros passivos de variação monetária.

14 Renúncia fiscal

Em atendimento à NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade divulga os valores relacionados à renúncia fiscal apurada no exercício de 2019 e 2018 caso a obrigação devida fosse. Para isso, os seguintes impostos e contribuições e as respectivas alíquotas foram calculados, ressaltando-se que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em virtude de a Associação não possuir escrituração fiscal, como, por exemplo, escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- Incidentes sobre a receita (Imposto Sobre Serviços - ISS - 5%, PIS - 0,65% e COFINS - 3% - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - 34%).

Com base nos percentuais mencionados e a receita registrada pela Entidade, a renúncia fiscal no exercício de 2020 e de 2019 foram de:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
ISS	77	51
COFINS	46	17
PIS	<u>10</u>	<u>7</u>
Total	<u>133</u>	<u>75</u>

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Partes relacionadas

(a) Transação com partes relacionadas

A Entidade é mantida pelo Grupo Gaia que realiza doações mensais para que a Entidade tenha condições de arcar com todos os custos e despesas relacionadas à atividade social desenvolvida. As empresas que realizaram contribuições beneméritas e doações foram:

Empresas	2020	2019
Doações recebidas		
Gaiasec Assessoria Financeira Ltda.	240	217
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	50	50
Gaiaserv Assessoria Financeira Ltda.	-	-
Nova Atlantis Participações Ltda.	-	-
	290	267
Total	290	267

	2020		2019	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Contas a receber (b)	24	-	-	-
Contas a pagar (a)	-	-	(11)	-
Total líquido	24	-	(11)	-

(a) Referem-se a pagamentos de obrigações com folha de pagamento realizada pelas partes relacionadas e despesas diversas.

(b) Gaiasec assessoria financeira limitada.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Entidade é sem fins lucrativos e remunera apenas o diretor que trabalha para a Entidade e recebe remuneração fixa de acordo com as atividades desempenhadas e média do mercado. O corpo diretivo é composto por:

Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, ou seja, não há previsão estatutária no tocante a remuneração da Administração.

16 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado / superávit (déficit), investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras da Entidade são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2020 a Entidade não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Entidade possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Entidade incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Entidade. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possuía R\$ 202 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras.

Risco de liquidez

É o risco que a Entidade irá encontrar ao cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

O caixa da Entidade é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Entidade.

A Entidade administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar a manutenção de suas atividades e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Entidade em gerar caixa, caso os negócios não sejam efetivados, os associados se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Entidade pode ser investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Entidade.

A Entidade estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 95% (93% em 2019) conforme descrito na nota explicativa nº 4.

GAIA+

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2019 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2020, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2020, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 2,00% a.a.. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 1,50% a.a. 1,00% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2020.

<u>Operação</u>	<u>Posição 2020</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	202	CDI	2,00%	1,50%	1,00%
Receita projetada			4	3	2

* * *

Presidente

João Paulo dos Santos Pacífico

Diretor Financeiro

João Paulo dos Santos Pacífico

Responsável Técnico

Aline Aparecida de Lima Santos
Contador - 1SP301316/O-3